

Contribuições do feminismo negro de Lélia Gonzalez para o ensino de Geografia descolonial

Santos, Dieyde Silva ¹

Lima-Payayá, Jamille da Silva ²

RESUMO

Militante e intelectual negra, Lélia Gonzalez contribuiu com a proposição de um feminismo negro que propõe a interseccionalidade entre gênero e raça. O conceito de amefricanidade expressa a condição compartilhada das mulheres negras na América Latina colonizada, sendo fundado nas experiências concretas das amefricanas, as quais apresentam vivências distintas e, ao mesmo tempo, próximas, devido ao compartilhamento das mesmas condições de opressão. A educação e a revisão dos valores culturais (notadamente das imagens da mulata, da mãe-preta e da doméstica) são caminhos necessários para o combate ao racismo, para além da simplificação promovida pela leitura socioeconômica. Esse artigo tem como objetivo discutir o feminismo negro de Lélia Gonzalez e suas contribuições para o ensino de Geografia. A partir de seu pensamento, o artigo problematiza o lugar da mulher negra na Geografia escolar, em sua corporeidade e autonomia epistêmica, buscando elementos para a construção de uma educação antirracista e de enfrentamento da colonialidade.

Palavras-chave: amefricanidade; gênero; interseccionalidade.

Contributions of Lélia Gonzalez's black feminism to decolonial Geography teaching

ABSTRACT

A black activist and intellectual, Lélia Gonzalez contributed to the proposition of a black feminism that proposes the intersectionality of gender and race. The concept of amefricanity expresses the shared condition of black women in colonized Latin America, based on the concrete experiences of amefrican women, who have different and, at the same time, similar experiences, due to sharing the same conditions of oppression. Education and the revision of cultural values (especially the images of the mulatto, the black mother and the domestic worker) are necessary ways of combating racism, beyond the simplification promoted by socio-economic reading. The aim of this paper is to

¹ Universidade do Estado da Bahia. Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Jacobina (BA). Email: dieyde1999@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6680389278744994>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-6676-9723>.

² Universidade do Estado da Bahia. Professora do Departamento de Ciências Humanas (DCH-IV), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Jacobina (BA). Email: jaslima@uneb.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9003594259740782>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9590-3370>.

discuss the Lélia Gonzalez's black feminism of and her contributions to Geography teaching. Based on her thinking, the paper problematizes the place of black women in school geography, in their corporeality and epistemic autonomy, seeking elements for building an anti-racist education and confronting coloniality.

Keywords: amefricanity; gender; interseccionality.

Aportaciones del feminismo negro de Lélia Gonzalez a la enseñanza de la Geografía decolonial

RESUMEN

Activista e intelectual negra, Lélia Gonzalez contribuyó a la propuesta de un feminismo negro que plantea la interseccionalidad de género y raza. El concepto de amefricanidad expresa la condición compartida de las mujeres negras en la América Latina colonizada, basada en las experiencias concretas de las mujeres amefricanas, que tienen vivencias diferentes y al mismo tiempo similares por compartir las mismas condiciones de opresión. La educación y la revisión de los valores culturales (especialmente las imágenes de la mulata, de la madre negra y de la doméstica) son formas necesarias de combatir el racismo, más allá de la simplificación promovida por la lectura socioeconómica. El objetivo de este artículo es discutir el feminismo negro de Lélia Gonzalez y sus contribuciones a la enseñanza de la Geografía. A partir de su pensamiento, el artículo problematiza el lugar de la mujer negra en la Geografía escolar, en su corporeidad y autonomía epistémica, buscando elementos para la construcción de una educación antirracista y el enfrentamiento a la colonialidad.

Palabras clave: amefricanidad; género; interseccionalidad.

INTRODUÇÃO

Lélia Gonzalez nasceu em 1935, na cidade de Belo Horizonte, mudando-se com a família para o Rio de Janeiro em 1942, onde se formou em História, Geografia e Filosofia, dedicando-se posteriormente aos estudos antropológicos e psicanalíticos. Ativista e intelectual engajada na organização do movimento negro no Brasil, contribuiu para o feminismo negro e o pensamento latino-americano em geral. Com várias obras escritas, a autora se destaca por uma trajetória militante e interdisciplinar, podendo ser considerada precursora das discussões da decolonialidade e do próprio feminismo negro no país (Ratts, 2022).

Embora tenha tido papel destacado na construção de perspectivas próprias no campo das Ciências Sociais (notadamente da Sociologia e da Antropologia), não recebeu reconhecimento merecido, em parte, por questões relacionadas às estruturas de validação do conhecimento científico e sua matriz europeia, branca e masculina (Ratts, 2022). No entanto, suas contribuições têm sido resgatadas e difundidas para além do pensamento negro e feminista (onde sempre esteve em evidência) a partir dos movimentos de enfrentamento da colonialidade e da ampliação dos debates em torno de uma educação antirracista e para a diversidade étnico-racial (Andrade, 2018; Oliveira, 2020; Pereira, Pereira, Pochay, 2021).

Seu trabalho tem sido discutido nos últimos anos como perspectiva descolonial, por seu estilo e postura de enfrentamento que subverte a ordem vigente (Cardoso, 2014). Ajudou a fundar organizações em prol das classes trabalhadoras e do povo negro, destacando-se o Movimento Negro Unificado contra Discriminação e o Racismo (MNUCDR), fundado em 1978, atualmente Movimento Negro Unificado (MNU) (Gonzalez, 1991), que ajudou a reorganizar o movimento negro a partir da reorganização da Frente Negra Brasileira, cuja articulação contribuiu para uma maior organização da militância e convencer os grupos de esquerda da importância e especificidade da questão racial na sociedade brasileira” (Oliveira, 2022, p. 10).

Gonzalez contribuiu, assim, para articular o movimento negro e o movimento feminista, sendo pioneira também nas críticas ao feminismo hegemônico pelo reconhecimento das diferentes trajetórias de resistência de mulheres ao patriarcado, abrindo caminho para uma geração de indígenas e negras de diferentes povos a repensar o próprio feminismo (Cardoso, 2014).

Ratts (2010) afirma a importância da autora para a academia e para a militância, contribuindo para reorganizar o movimento negro contemporâneo. As pautas trazidas por Lélia Gonzalez foram importantes para fazer críticas ao modelo colonial, às formas do não reconhecimento da diversidade cultural e do sistema opressor colonial que estrutura a sociedade.

Neste artigo, buscamos em sua inspiradora trajetória contribuições para pensar o Ensino de Geografia no contexto de uma educação antirracista e descolonial. Faremos isso a partir do conceito de amefricanidade e de suas discussões acerca do papel da mulher negra no contexto da centralidade da educação e da cultura para sua emancipação política e intelectual.

Amefricanidade, segundo Gonzalez (2020), visa compreender a especificidade da situação latino-americana, atravessada pela diáspora africana e pela experiência da colonização. As amefricanas seriam um movimento de mulheres determinadas em prol da igualdade de gênero, de



classes e de direitos. O conceito está enraizado na *práxis*, expressando a força da mulher latino-americana diante das injustiças, injúrias e preconceitos sofridos na esteira do racismo da sociedade moderno-colonial. Como categoria político-cultural (Böschmeier; Cejas, 2021), amefricanidade expõe a conexão da América Latina com a África, permitindo tonificar a ancestralidade africana e sua conformação própria no continente.

Quanto ao papel da mulher negra na educação, Gonzalez critica a limitação a um viés econômico na avaliação da situação do povo negro, identificando a necessidade de uma perspectiva cultural para compreender as várias faces do racismo. A educação é colocada no centro do movimento negro, como imprescindível para combater as várias formas de colonialidade, como a do ser (Andrade, 2018).

Tal perspectiva que privilegia a educação tem sido uma bandeira do movimento negro, produzindo, por exemplo, a Lei 11.639/03 a respeito da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras nas redes de ensino (posteriormente retificada, incluindo-se também a história e a cultura indígenas, pela Lei 11.645/08). Nilma Gomes (2012a; 2012b) mostra como essa lei foi fruto de um posicionamento histórico do movimento negro, apontando sua importância para a descolonização dos currículos. Segundo a autora, tal movimento tem contribuído para a resignificação do debate político em torno da raça e do racismo.

A Geografia, como ciência (Reis, 2015) e como disciplina escolar, tem dado crescente atenção a tal temática, embora, como sinaliza Ratts (2016), de maneira irregular e com relativo atraso. Em vista disso, o autor defende a importância da geografia escolar incorporar uma abordagem interseccional de raça, etnia, gênero e sexualidade. O autor mostra como tais debates têm sido importantes para a discussão da diferença e da corporeidade nos espaços escolares, o que não é em si uma novidade nos estudos do Ensino de Geografia, mas que precisam ser aprofundados em termos das articulações e de suas repercussões no espaço escolar.

Dentre as propostas arroladas pelo autor no final de seu artigo, ele pontua a necessidade de identificar e de reconhecer os marcadores de diferença não apenas dos estudantes, mas também do(as) técnico(as) e do(as) docentes. Esta perspectiva nos parece especialmente relevante quando consideramos a discussão de Lélia Gonzalez a respeito das amefricanas, bem como as reivindicações de pedagogias e de feminismos descoloniais que argumentam, como o faz Lugones (2020), a necessidade de outros sujeitos epistêmicos ocuparem o lugar do ensino a partir de suas próprias corporeidades, trajetórias e posicionalidade.

Assim, buscamos com este artigo discutir as contribuições de Lélia Gonzalez para o Ensino de Geografia, no contexto da necessidade de uma educação antirracista e geograficamente situada (Souza Batista; Cavalcanti, 2022; Lima-Payayá, 2023). Como material, utilizamos em especial o livro “Por um Feminismo Afro-latino-americano”, organizado por Flavia Rios e Márcia Lima, que reúne ensaios, intervenções e diálogos de Lélia Gonzalez ao longo de duas décadas (1975-1994), trazendo um quadro multifacetado das temáticas que sua abordagem nos oferece. Recorreremos também a artigos que têm repercutido, desdobrado e reverberado sua obra, em especial nas últimas duas décadas.

Iniciamos pela amefricanidade, partindo dela para contextualizar o pensamento da autora, em especial sua posição quanto ao papel da mulher negra desde a educação e a cultura para, na sequência, refletir as consequências e as potencialidades para um Ensino de Geografia descolonial.

Amefricanidade e amefricanas: a luta pelos direitos e a dignidade das mulheres negras

O trabalho intelectual de Lélia Gonzalez é indissociável de sua trajetória de vida. Talvez por isso ela tenha sido mestra em apontar articulações entre esferas que tradicionalmente o pensamento e a sociedade tendem a separar. Se debruça no estudo da situação da mulher negra no período de 1968-80, buscando compreender os traços que ajudavam a explicar a desigualdade social no Brasil:

Por conseguinte, algumas questões se impõem à nossa reflexão. E a primeira delas diz respeito à situação da mulher negra no interior da população economicamente ativa, à sua inserção na força de trabalho. As trabalhadoras negras concentram-se sobretudo nas ocupações manuais (83%), o que significa: quatro quintos da força de trabalho negra têm uma inserção ocupacional caracterizada por baixos níveis de rendimento e de escolaridade (Gonzalez, 2020, p. 88).

Gonzalez (2000) reconhece, precocemente, que mesmo que haja avanços pelo debate e pela luta feminista, o ritmo com que tais conquistas atingem as mulheres brancas é distinto daquele que faz os direitos chegarem até as mulheres negras. Ao mesmo tempo, a autora critica textos das ciências sociais e da história do Brasil que descrevem a mulher negra apenas pelo fator socioeconômico, elucidando “uma série de problemas propostos pelas relações



raciais”, mas deixando “um resto que desafiava as explicações” (Gonzalez, 2020, p. 68). Esse incômodo levou a autora a dar atenção aos aspectos culturais que conformavam diferenças entre as relações sociais de negras em diferentes países e contextos. No caso brasileiro, por exemplo, incomodava a autora as “noções de mulata, doméstica e mãe preta”, presentes na sociedade e na literatura consolidada a respeito da formação cultural e territorial da sociedade brasileira (Gonzalez, 2020, p. 68).

Estudiosa dos movimentos negros nos Estados Unidos, a autora percebeu que havia ali a reprodução do imperialismo estadunidense, e por isso coloca em questão a própria ideia de América (apropriada pelos estadunidenses) e de “afro-americanos”, que não se comprometiam com uma identidade para além dos Estados Unidos (Gonzalez, 2020). A autora busca, assim, uma compreensão que não se resume a um determinismo econômico, de classe ou mesmo de raça, incorporando a construção de valores culturais em sua perspectiva. Segundo a autora, amefricanidade “incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada” (Gonzalez, 2020, p.135). Pereira, Pereira e Pocahy (2021, p. 223), argumentam que esta perspectiva foi um questionamento aos parâmetros culturais e científicos da sociedade brasileira, com seus “ideais de supremacia branca, especialmente em relação à produção e à divulgação do conhecimento, apagando ou silenciando as práticas e teorias que não lhe convêm”.

Amefricanidade seria um conceito que emerge, portanto, a partir da percepção da diversidade de situações vividas por mulheres em lugares e culturas diferentes, o que ficou mais forte para Gonzalez quando ela começa a fazer viagens para outros países (Ratts; Ríos, 2010; Cardoso, 2014). A diversidade revelou as especificidades das situações vividas por distintos grupos de mulheres, em suas diferenças culturais, econômicas e sociopolíticas. Ao mesmo tempo, Gonzalez percebeu que havia o compartilhamento da mesma condição entre as amefricanas: vítimas das mesmas violências do processo de expropriação colonial e imperialista, o que constitui o reconhecimento do papel da população negra na constituição do continente:

Essas e muitas outras marcas que evidenciam a presença negra na construção cultural do continente americano me levaram a pensar a necessidade de elaboração de uma categoria que não se restringisse apenas ao caso brasileiro e que, efetuando uma abordagem mais ampla, levasse em consideração as exigências da interdisciplinaridade (Gonzalez, 2020, p. 116).

A perspectiva de Gonzalez pode ser compreendida como descolonial, atacando o mito da democracia racial e denunciando o lugar que foi atribuído à mulher negra na história brasileira (Oliveira, 2020). A articulação da condição dos negros e das negras da diáspora nas Américas (que inclui o Caribe, por suas afinidades históricas), constitui o centro da categoria social e política de amefricanidade (Böschemeier; Cejas, 2021).

A indignação da autora com o racismo, o imperialismo e o machismo, fundamenta a busca por formas de empoderamento feminino, fugindo da vulgaridade que o patriarcado quis estabelecer. Segundo Gonzalez (2020), desde a independência aos dias atuais tem prevalecido um pensamento e uma prática político-social preocupados com a chamada questão nacional, procurando excluir a população negra dos projetos de construção da nação brasileira. O pensamento de Gonzalez se coloca, assim, da análise à militância, oferecendo subsídios conceituais para explicitar os mecanismos de exclusão racial e de gênero que o povo negro, em geral, e as mulheres negras, em particular, sofreram durante a colonização. Mais do que isso, ela busca elucidar as formas como na sociedade atual tais processos discriminatórios e racistas afetam especialmente as mulheres em diferentes reverberações.

É neste contexto que para pensar as amefricanas é necessário enfatizar também a dimensão da vida pessoal e de seus vínculos com as questões sociais. Elas são mulheres da diáspora africana na América Latina, que têm resistência ao feminismo branco por não se verem nele representadas (RATTS, 2010). Em vista disso, o feminismo negro das amefricanas reivindica direitos na luta contra a dominação colonial nas Américas.

As pautas teriam que se encaixar nas vivências do cotidiano, para que cada pessoa pudesse se encaixar perante a diversidade, manter a união coletiva para que cada um pudesse politicamente exercer seus direitos sem medo, usufruir o seu lugar de espaço. As amefricanas e suas experiências contra a dominação colonial, floresceu e estruturou no decorrer dos séculos que marcaram a nossa presença no continente (Gonzalez, 1988b, p. 79).

Podemos identificar a historicidade das experiências, referida por Avtar Brah (2011), nesta concepção de Gonzalez, como uma forma própria de pensar e de produzir conhecimento a partir das subalternas, das excluídas, das marginalizadas. Conduzir mulheres negras da margem para o centro da investigação, fazendo-as sujeitas do conhecimento ao resgatar suas experiências no enfrentamento do racismo e do sexismo (Cardoso, 2014).



Diferente de seus contemporâneos ou da elite intelectual branca e masculina, no entanto, Gonzalez reconhece a necessidade de qualificar a mulher negra, combatendo a imagem da mulata sensual, da negra mãe-solteira, da serventia para procriação, visando abalar as ideias de nação e de política que estão na base da construção dos estados nacionais. É fundamental, para a autora, promover este contraponto discutindo a cultura brasileira, devido ao papel determinante que esta desempenha para a perpetuação das violências relacionadas ao gênero feminino. Esta cultura, alimentada e difundida nacionalmente, determina a mulher negra como dominada, a partir do mito da democracia racial que sustenta a falsa ideia da aceitação e horizontalidade entre classes. Portanto, entende-se que as mulheres negras têm a necessidade e o dever de aprofundar-se nas reflexões acerca dos espaços ocupados, para que não haja continuidade de ideologias a favor do racismo, do sexismo e de outras formas de preconceitos.

Gonzalez (2020) realiza análises referentes à sexualização do corpo negro, que é exposto, segundo a autora, na música brasileira, principalmente nos blocos de carnaval, sem falar da excessiva exposição pelas diminutas roupas femininas, deixando os homens das arquibancadas loucos. A autora utiliza a expressão “feérico”, que se refere ao termo francês, “fée”, denotando um conto de fadas. As mulheres foram sexualizadas, tornando mais uma vez o corpo negro em objeto.

Apesar disso, a autora sinaliza a tentativa de branqueamento, que tecnicamente fazia-se possível por meio dos blocos, e de festas nas quais havia o “enaltecimento” da mulher negra. No entanto, o que se passava na verdade era uma farsa, que ridicularizava a mulher e a sexualizava. Para a autora, não passava de uma ação estrutural que colocava a negra como desmerecedora do mesmo ambiente que a elite.

A autora realiza análises semelhantes quanto às outras figuras (a da mãe preta e a da doméstica), mostrando como estas aparecem no imaginário nacional relacionadas à servidão e ao cuidado, travestidos de um tipo de incorporação “familiar” que apenas atualizam, na sociedade pós-escravocrata, a subserviência. É como se não houvesse outros papéis que a mulher negra pudesse desempenhar, nem outros lugares em que ela pudesse estar, a não ser servindo: sexualmente, domesticamente e matematicamente.

Para Gonzalez, um dos caminhos para romper com tal enclausuramento da mulher negra é a educação. Por meio dela, seria possível lutar e conquistar outros espaços e papéis na sociedade, luta compartilhada também pelo feminismo (Soares, 1994). Este posicionamento é oriundo da compreensão da negação do direito à educação que o sistema de dominação colonial e pós-colonial realizam sistematicamente.

A autora aponta o aumento do número de mulheres na universidade, já naquele momento, mesmo sem movimentos organizados, como temos assistido nas últimas duas décadas com as ações afirmativas. Todavia, a preocupação da autora naquele período se devia à ampliação do mercado de trabalho e a tendência de encaminhamento das mulheres negras, sem escolarização, serem inseridas ou na lavoura ou no trabalho doméstico. Podemos imaginar que a autora via ali a possibilidade de mudança, de uma outra inserção social, mas para isso, era necessário melhorar o acesso à escolarização das mulheres, em todos os níveis, o que não passava apenas pelas questões econômicas, mas também culturais e de gênero.

Numa sociedade onde a divisão racial e a divisão sexual do trabalho fazem dos negros e das mulheres trabalhadores de segunda categoria, no conjunto dos trabalhadores já por demais explorados (afinal, sobre quem recai o peso da recessão?); numa sociedade onde o racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia de dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra (Gonzalez, 2020, p. 98).

Esta perspectiva denota a maneira como Gonzalez intersecciona as discussões, tendo em vista a emancipação da mulher negra, articulando processos de emancipação intelectual, social e política para além das questões socioeconômicas. Para a autora, era necessário romper um ciclo que mantinha a estrutura da sociedade intacta, com a mulher negra em sua base. A escolarização e o acesso ao mercado de trabalho em outras condições, melhor remuneradas e com um significado simbólico distinto da mulata, da mãe preta e da doméstica, era fundamental nesta estratégia.

Importa dizer que os principais protagonistas dos movimentos políticos negros atuais são os filhos dos primeiros negros a ingressarem de forma definitiva na classe operária e nas classes médias, dos heróis da migração interna; são mesclados entre os primeiros estudantes negros a ingressarem na universidade, jovens operários e trabalhadores negros e dançarinos de soul — símbolo moderno da contestação da juventude negra à dominação branca e da miopia dos liberais ante o racismo e sua falsa consciência nacional (Cardoso apud Gonzalez, 2020, p. 161).

A consciência política, portanto, não está dissociada de uma identidade cultural, sendo necessário desconstruir representações sociais estabelecidas em relação à mulher negra (Moreira; Candau, 2007). A relação entre este e os

outros estão carregadas de dramaticidade e ambiguidade, especialmente em sociedades nas quais as desigualdades se fazem cada vez mais fortes.

A mulher negra, ao tomar consciência de que é preciso descolonizar o sistema para que não lhes sejam impostos mais limites, tanto no corpo, quanto no território, recebe um novo ímpeto para resistir às formas de violência que sofreram durante a formação do Brasil e os obstáculos para seu desenvolvimento pessoal e profissional. Os movimentos ganharam assim força, conquistando direitos e sucesso em algumas de suas reivindicações, as quais “vão desde a exigência de melhores condições de habitação, saneamento básico, de transporte, educação, saúde etc. ao título de propriedade do solo urbano que ocupam” (Gonzalez, 2020, p. 91).

O pensamento e a trajetória de Lélia Gonzalez nos mostram, assim, a articulação da militância e dos movimentos sociais com a construção de uma perspectiva de enfrentamento da colonialidade, na qual a cultura e a educação são centrais para a emancipação da mulher negra. Amefricanidade expressa este pensamento, situando estas mulheres naquilo que compartilham, sem, no entanto, eliminar as diferenças e suas pautas próprias que emergem de suas vivências históricas e geográficas próprias.

Lugar da mulher negra no Ensino de Geografia

Em Gonzalez, notamos uma concepção de educação centrada na promoção da igualdade, a qual remete à possibilidade de emancipação e de liberdade. Essa concepção, no entanto, não persiste ao longo da história das ideias pedagógicas. Saviani (2004) propõe pensarmos a educação no Brasil em duas etapas: uma primeira envolveu o período colonial e imperial (1519 a 1890), que “consistiu nas primeiras tentativas, descontínuas e intermitentes, de se organizar a educação como responsabilidade do poder público” (Saviani, 2004, s/p); uma segunda etapa, referente ao período da república, na qual o Brasil era um país que recém havia abolido a escravidão, e por isso propôs-se a ideia de uma educação pública como elemento unificador da nação. A União passou para os estados essa responsabilidade, resultando na criação de escolas primárias locais com uma preocupação voltada para a formação das elites, sem menção à educação para as classes populares (Saviani, 2004).

Poderíamos dizer que estamos vivendo um terceiro período dessa trajetória após a promulgação das leis de cotas étnico-raciais e de obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígenas, tanto em sentido político, dos currículos e da estrutura das redes de ensino, quanto na possibilidade de termos professores e professoras ensinando a partir de suas próprias trajetórias sociais e diferenças.

Neste sentido, diversas pesquisas e movimentos têm apontado para a potência do feminismo negro descolonial e interseccional, como aquele que traz a dimensão do cotidiano e das corporeidades destas mulheres para a experiência pedagógica em um movimento de rompimento com parâmetros e epistemologias racistas e misóginas. Nascimento, Costa e Clemente (2023) mostram como a educação popular traz para o centro experiências subversivas construídas coletivamente por mulheres negras a partir da pesquisa com hortas comunitárias. Almeida e Santielo (2022) articulam corpo, dança, identidade e resistência na figura de Oyá-lansã, como expressão da luta de mulheres em sua experiência do sagrado a partir das investigações em terreiros de umbanda e no currículo do Ensino Fundamental Anos Finais.

A potência de tais iniciativas está articulada pela trilha aberta por Gonzalez, conforme aponta Lugones (2020), quando defende uma pedagogia decolonial, argumentando a necessidade de despatriarcalização a partir da decolonização do saber e do ser. Para isso, a mulher negra tem que ter seu protagonismo reconhecido, em sua potência epistêmica. Assim, como mostra Andrade (2018, p. 89), isso não está na esfera do “respeito ao diferente”, como propõe a pedagogia multicultural, pois esta, “ainda que pretenda ser inclusiva, não questiona as bases ideológicas do Estado-Nação, tampouco elabora uma proposta mais consistente que amplie o horizonte de possibilidades para uma mudança mais estrutural”. Da mesma forma, a questão está para além de igualdade de direitos entre homens e mulheres nos espaços escolares e universitários, pois pedagogia decolonial

não é um destino, ou seja, ela não é mero ponto de chegada. Deve ser percebida como um processo e um recurso aliado no combate às opressões de gênero, raça e classe, ao mesmo tempo em que propõe a construção de novos parâmetros epistemológicos. Nesse sentido, implica numa práxis baseada numa insurgência educativa propositiva e não apenas denunciativa (Andrade, 2018, p. 89).

Essa insurgência tem como base a própria corporeidade e os marcadores de experiências históricas da amefricanidade. Ratts (2016) defende a centralidade da corporeidade e da diferença para um Ensino de Geografia que combata o racismo e reconheça a diversidade. Segundo o autor, a diversidade cultural, social e geográfica da experiência dos estudantes, em suas trajetórias históricas, racializadas e generificadas, constituem um espaço de convivência com a diferença nos contextos escolares. No entanto, tais diferenças também são do corpo docente, que ao trazer seus “marcadores da diferença” para o contexto da comunidade escolar, potencializam a



identificação de estudantes e promovem processos de articulação entre a construção de corporeidades e da própria formação escolar.

Já Victor Sousa (2022) faz a provocativa pergunta: “Que rostos tem o ensino de geografia?”. O rosto evocado não é apenas dos estudantes, mas também do(a)s docentes, buscando racializar e generificar as corporeidades envolvidas, por meio das vivências daqueles e daquelas que participam dos processos de produção do espaço. O ensino de Geografia é defendido como uma prática interseccional, a partir das corporeidades.

Essas discussões nos provocam a pensar a especificidade da mulher negra como professora e seu potencial pedagógico como amefricana. Como lidar com a narrativa colonial presente nos livros didáticos e nos anais da Geografia científica? Para contribuir para a reversão deste quadro, ela terá que fazer da sala de aula um espaço igualitário e de contestação, que permita transformações por meio do combate às ideologias racistas. A história da luta das mulheres pode ser um caminho para se colocar como protagonista e, ao mesmo tempo, participe de formas outras de se pensar e ensinar Geografia.

Seguindo as trilhas abertas por Gonzalez, trazer a própria vivência e corporeidade para o ensino pode ser um meio de realizar este enfrentamento. Neste sentido, é possível contradizer o ideário da identidade nacional que produz apagamentos, pois as professoras negras se colocam, elas próprias, como testemunhas da violência colonial da construção da nação. A diversidade de situações (heterogeneidade espacial) contribui para o combate aos estereótipos de toda ordem, como os de origem geográfica (Albuquerque Junior, 2012), o que tem outra potencialidade a partir situacionalidade da mulher negra.

Para Gonzalez, as lutas das classes trabalhadoras foram muito importantes para que houvesse igualdade, ainda assim, sabemos que há muito a ser alcançado. Neste sentido, no âmbito do Ensino de Geografia, é necessário ir além de um certo voluntarismo, buscando articulação com os movimentos sociais e movimentos acadêmicos que têm colocado em questão a colonialidade do pensamento geográfico e de seu ensino.

Gabriela Borba Bispo dos Santos, em seu trabalho “Ser jovem, ser mulher, ser negra, ser professora de Geografia: as jovens licenciadas negras em Geografia e sua formação” defendido recentemente (Santos, 2023), coletou depoimentos de licenciadas negras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que nos ajudam a refletir nossos desafios e as potencialidades:

Eu acho que os desafios de ser uma estudante mulher na geografia é que infelizmente a nossa sociedade ela é machista. Muitas mulheres antes de mim tiveram que lutar e muitas vezes

pagar com a vida para que hoje eu e minhas colegas pudéssemos ocupar esse espaço de poder frequentar uma escola, de poder fazer uma faculdade, de poder trabalhar. [...] essa questão da reprodução do machismo, em todas suas esferas, reforça aquela coisa que a mulher teria que ficar em casa e que não era pra estudar. – Aqualtune.

[...] dentro do curso eu nunca experienciei muitas situações de machismo. Mas, com certeza, o que tem é aquela coisa mais institucional também, tipo, por exemplo, eu sempre tive que cuidar da casa, limpar a casa com a minha mãe, fazer comida, fazer todas as coisas... E isso às vezes interferia um pouco nos meus estudos. – Tereza de Benguela.

A persistência das imagens da mulher negra associada ao trabalho doméstico se reproduz na formação de professoras, o que aponta para o tamanho do desafio que continua à nossa frente. A autora mostra que o machismo persiste diminuindo a mulher para um patamar de inferioridade. A falta de representatividade afeta a mulher enquanto cidadã trabalhadora, chefe de família, etc. As condições desiguais de homens e mulheres se evidenciam, mesmo em uma área como a licenciatura em Geografia, com presença de vertentes críticas em suas concepções pedagógicas. O machismo (explícito ou silencioso) e o racismo se mostram na experiência das licenciadas. O feminismo negro interseccional de Gonzalez se faz, mais uma vez, necessário.

É preciso trazer as experiências concretas de mulheres negras para os livros de Geografia, para os currículos, para a discussão na comunidade escolar. Não é o caso de se falar da mulher negra, mas dela mesma colocar sua corporeidade de amefricana como fonte de conhecimento da constituição da Geografia, suas violências e possibilidades. Gonzalez nos faz entender que as vivências reais das lutas das mulheres negras têm um poder transformador. Estamos falando de mulheres que muitas vezes precisam cuidar dos irmãos, lavar o solo, cuidar dos idosos e, portanto, provar a todo instante sua capacidade. Comumente são questionadas em cada afirmação, sendo ainda sexualizadas pelos olhares masculinos, discriminadas, maltratadas, deslegitimadas em suas crenças, dentre outras violências.

Uma mulher negra na sala de aula debatendo e problematizando os livros e os conceitos, mesmo que estes carreguem as marcas coloniais, pode produzir efeitos duradouros nos futuros professores e professoras de Geografia, conforme conclui Santos (2023, p. 59):

Dessa forma, observamos que a invisibilidade acerca de discussões da presença e ocupação de pessoas negras na cidade da Universidade estudada foi uma constante nos

desdobramentos da trajetória escolar da participante. Ela destaca o quão é relevante trazer na contextualização histórica que os negros foram e são parte dessa cidade e, portanto, são protagonistas importantes que merecem uma visibilidade maior, assim como seus territórios demarcados espacialmente.

O racismo se constrói diante da ignorância, e passa por várias gerações, deixando marcas e medos, forçando a mulher negra a se ver branca, tornando um avesso da pele (Tenório, 2020), como a ideologia do branqueamento. Discutir o lugar da mulher negra é entender que este está sempre em disputa: é necessário manter a vigilância. Segundo Collins (2019, p. 114), essa “vigilância” gera uma consciência dual nas mulheres afro-americanas, em que as mulheres negras “familiarizam-se com a linguagem e os modos do opressor, chegando a adotá-los algumas vezes para ter certa ilusão de proteção”.

É preciso uma educação antirracista e que reconheça as diferenças, com mulheres negras inseridas em espaços de protagonismo epistêmico. Isso é fundamental para o enfrentamento do quadro atual. Que a busca por conhecimento seja um fator de transformação social e que o empoderamento dessas mulheres traga força para continuar enfrentando o preconceito e o sexismo e manter seus lugares de fala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ensinar para transformar futuras gerações. Esta é uma das contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez que retemos para o Ensino de Geografia.

Vivemos uma sociedade desigual, atravessada pelo racismo e pela misoginia, configurando-se em interseccionalidades que afetam grupos historicamente subalternizados, como as mulheres negras. Desigualdades salariais, preconceito, discriminação, assédio, são apenas algumas das situações vividas no dia a dia. A democracia e os direitos humanos são os elementos essenciais e fundamentais para esta mudança e, por consequência, para a busca pela igualdade (Engelmann, 2008). Enfrentar isso no Ensino de Geografia é necessário para promover um embate sistemático e direto com tais estruturas ideológicas que atravessam a sociedade.

Falar em educação de(s)colonial é, assim, cada vez mais necessário, frente à obliteração da história ancestral nos livros e nas escolas. A história e a cultura negra, por exemplo, são objetos de preconceito e demonização. Nas salas de aula é comum a religiosidade de matriz africana estar envolta em

tabus, contribuindo com o preconceito em relação a outras formas de expressão de espiritualidade que não seja a cristã.

O feminismo tem um papel importante para ampliar as discussões sobre desigualdades, violências domésticas, abusos sofridos no mercado de trabalho e nos lares. No entanto, mesmo com ele, a mulher negra continuou sendo desconsiderada. Embora o feminismo tenha dado oportunidades para o fortalecimento das mulheres em geral, logo percebeu-se que, na sua origem, ele estava elaborado sob uma perspectiva branca e europeia ou, como mostra Lélia Gonzalez, reverberando estruturas de dominação, como o caso do feminismo negro estadunidense. Em vista disso, o feminismo negro interseccional pensado pela autora ajudou a abrir novas possibilidades para mulheres de toda parte.

Há muito o que estudar a trajetória e a contribuição de Lélia Gonzalez, voltadas para inclusão das mulheres negras em espaços antes não ocupados, se atentando que as batalhas não são só por gênero, mas por raça também. A autora deixou um legado importante, por meio de sua luta contra o patriarcado, o sexismo e o racismo.

Qual o lugar da mulher negra no ensino de Geografia?

Em todos os lugares que ela quiser, sim, mas seja na regência, seja como referência bibliográfica, seja nas cadeiras dos cursos de formação de professores, a mulher negra tem um potencial transformador para o conjunto da sociedade brasileira.

As amefricanas, insufladas pelo pensamento de Gonzalez, nada mais são que um movimento de mulheres determinadas, em prol da igualdade de gênero, de classes, de raça, de direitos. Por mais que seja inicialmente pensado como um conceito, percebe-se que vai muito mais além: é a força da mulher latino-americana diante das injustiças, injúrias e preconceitos sofridos por questões raciais.

REFERÊNCIAS

Albuquerque Júnior, Durval M. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2012.

Almeida, Nilson F.; Santiello, Jamile. Oyá-lansã: feminino negro, umbanda, interseccionalidade, currículo e equidade, dança ritualística. **Interritórios**, Caruaru, v. 8, n. 17, e256356, 2022.

Andrade, Michely P. Lélia Gonzalez e o papel da educação para o feminismo negro



Interritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e262262[2024]
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.262262>

brasileiro. **Interritórios**, v. 4, n. 6, 2018.

Böschemeier, Ana Gretel Echazú; Cejas, Mónica Inés. A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade: Lélia González. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 15, n. 1, p. 66-89, 2021.

Brah, Avtar. **Cartografias de la diáspora: identidades en cuestión**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011.

Cardoso, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, 2014.

Collins, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

Engelmann, Wilson. **Princípio da Igualdade**. São Leopoldo: Ed. Sinodal. 2008.

Gomes, Nilma L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p. 98-109, 2012a.

Gomes, Nilma L. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012b.

Gonzalez, Lélia. Entrevista – Lélia Gonzalez. **Jornal do MNU**, n. 19, p. 8-9, jul./ago, 1991.

Gonzalez, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Lima-Payayá, Jamille. Docência Payayá: educação indígena e geográfica para a alteridade. **Caderno de Geografia**, v. 33, 2023.

Lugones, María. Colonialidade e gênero. In: Hollanda, Heloisa B. (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectiva decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020, p. 52-83.

Moreira, Antonio Flavio Barbosa; Candau, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

Nascimento, Fernanda S.; Costa, Mônica R.; Clemente, Flávia da S. Articulado feminismo decolonial, intersesionalidade e educação popular em pesquisa com mulheres negras. **Interritórios**, v. 9, n. 18, e258944, 2023.

Oliveira, Ana C. A. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. **Interritórios**, v. 6, n. 10, 2020.

Oliveira, Maria Aparecida Costa et al. Movimentos negros no Brasil e os cenários de luta pela educação. **Educação & Sociedade**, v. 43, 2022.

Pereira, Camila S.; Pereira, Anamaria L.; Pocahy, Fernando. O pensamento de Lélia Gonzalez na Educação: Amefricanidade, Pretuguês e outras categorias. **Revista de Ciências Humanas**, v. 2, n. 21, 2021.

Ratts, Alex. As amefricanas: mulheres negras e feminismo na trajetória de Lélia Gonzalez. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 9, 2010.

Ratts, Alex. Corporeidade e diferença na geografia escolar e na geografia da escola: uma abordagem interseccional de raça, etnia, gênero e sexualidade no espaço educacional. **Terra Livre**, n. 46, n. 1, p. 114-141, 2016.

Ratts, Alex. O lugar de Lélia Gonzalez na antropologia brasileira: “Cumé que fica?”. **Mana**, v. 28, n. 3, p. 1-34, 2022.

Ratts, Alex; Rios; Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

Reis, Maíra Lopes. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, n. 38, p. 11-34, 2015.

Santos, Gabriela Borba Bispo dos. Ser jovem, ser mulher, ser negra, ser professora de Geografia: as jovens licenciadas negras em Geografia e sua formação. **Monografia** (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

Saviani, Dermeval. A escola pública brasileira no longo século XX (1890-2001). III **Congresso Brasileiro da Educação**. Curitiba, 2004.

Soares, Vera. Movimento feminista: paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, p. 11-24, 1994.

Sousa, Victor. Que rostos tem o ensino de Geografia? **Ensaio de Geografia**, Niterói, v. 9, n. 18, p. 149-167, 2022.

Souza Batista, Raylane N.; Cavalcanti, Bárbara E. S. R.; Reis, Edmerson S. Entre nós e linhas: tecituras curriculares sob uma abordagem contextualizada e decolonial. **Interritórios**, v. 8, n. 17, e254789, 2022.

Tenório, Jeferson. **O avesso da pele**. São Paulo: Cia. das Letras, 2020.



Submissão em 28 de março de 2024.

Aceite em 29 de julho de 2024.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição
4.0

Internacional. Texto da Licença:

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>